



Número: **0835521-12.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **15/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)		JOAO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES (ADVOGADO)	
L. D. A. F. (AUTOR)		JOAO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)			
MICHEL FREIRE DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47875165	15/08/2019 11:12	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
47875170	15/08/2019 11:12	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>	Outros documentos
47875171	15/08/2019 11:12	<a href="#">01 PROCURAÇÃO</a>	Procuração
47875172	15/08/2019 11:12	<a href="#">02 BOLETIM POLICIAL</a>	Documento de Comprovação
47875174	15/08/2019 11:12	<a href="#">03 DOCUMENTOS MÉDICOS</a>	Documento de Comprovação
47875175	15/08/2019 11:12	<a href="#">04 PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Comprovação
47875177	15/08/2019 11:12	<a href="#">05 QUESITOS</a>	Outros documentos
47875178	15/08/2019 11:12	<a href="#">06 DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
47876029	15/08/2019 11:12	<a href="#">06.1 DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
47876035	15/08/2019 11:12	<a href="#">07 DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Documento de Comprovação
47876036	15/08/2019 11:12	<a href="#">08 CONTRATO DE HONORÁRIOS</a>	Documento de Comprovação

SEGUE PETIÇÕES E DOCUMENTOS.



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DAS VARAS ESPECIALIZADAS DO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE  
NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**LUZIA DE ARAÚJO FERREIRA**, brasileira, estudante, menor representado (a) neste ato por seu genitor (a) **MARIA LÚCIA BARBOSA DE ARAÚJO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2.133.535, expedida pela SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 061.033.724-61, residente e domiciliado na Rua do Coqueiro, Nº 120, Boa Esperança, Monte Alegre/RN, CEP: 59.182-000, por seu advogado abaixo assinado, com endereço profissional sito à Rua Dr. Sadi Mendes de Lucena, nº 1022-A, Monte Castelo, Parnamirim/RN, CEP: 59.149-210, E-mail: jrfneves@outlook.com, legalmente constituído na forma definida pela procuração anexo (doc. 01), vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO - DPVAT, C/C PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA**

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, inscrita no CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69, com endereço para receber citações e intimações sito à Av. Prudente de Moraes, nº 4055, Lagoa Nova - Natal/RN, CEP 59.063-200, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:



## I - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1. Tendo em vista que a Autora não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe prive do seu próprio sustento e da sua família, vêm, com amparo na Lei 1.060/50 e as alterações trazidas pelas Leis 7.510/86 e, 13.105/15, em seus artigos 98 e 99, NCPC. Assim, pede-lhe que seja concedido Assistência Judiciária Gratuita. Destarte, segue declaração de pobreza (doc. 07).

## II - DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO

2. Cumpre inicialmente destacar o reconhecimento da competência deste juízo para processamento e julgamento do feito, uma vez que se trata de faculdade da parte autora a escolha do foro para propositura da ação, destarte o art. 46, do NCPC, senão vejamos:

***“Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. (destacamos)***

3. Tratando-se de faculdade da parte autora, o art. 53, do NCPC, elenca mais opções para escolha:

***“É competente o foro:***

***(...)***

***V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves. ” (grifamos).***

4. Assim, a parte autora tem a sua escolha quaisquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos, ou seja, o seu domicílio, o domicílio do réu, bem como o local do fato.

## III - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

5. Saliente-se que, quanto à legitimidade passiva para compor a causa, é de entendimento uníssono que quaisquer das Seguradoras que fazem parte do Convênio Nacional respondem pelo pagamento da indenização. Vejamos as decisões dos nossos Tribunais:



**"TJ-SP - Apelação APL 00017497620108260010 SP 0001749- 76.2010.8.26.0010 (TJ-SP).**

**Ementa: SEGURO OBRIGA TÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. INEXISTÊNCIA. Qualquer seguradora que integra o consórcio respectivo tem legitimidade passiva para a ação de cobrança do valor do seguro obrigatório de veículo (DPVAT), cabendo a escolha unicamente aos autores". (...). Data de publicação: 17/12/2013.**

**"T J-RN - Apelação Cível AC 32998 RN 2010.003299-8 (TJ-RN).**

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ILEGITIMIDADE DA PARTE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA RECONHECIDA EM PRIMEIRO GRAU. EXTINÇÃO DO FEITO NOS TERMOS DOS ARTS. 267, I, C/C 295, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. CONSÓRCIO DE SEGURADORAS. PARTE LEGÍTIMA. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO". (...). Data de Julgamento: 22/06/2010. (destacamos tudo).**

6. Portanto, qualquer seguradora que integra o consórcio respectivo tem legitimidade passiva para a ação de cobrança do seguro obrigatório de veículo (DPVAT).

#### **IV - DO INTERESSE DE AGIR**

7. De acordo com a Lei Magna, em seu art. 5º, inciso XXXV, que aduz: "*A Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*"

8. Destarte, o preceito insculpido no referido artigo, o Autor não precisava se submeter as vaidades administrativas das Seguradoras partes do Convênio DPVAT para ter seu direito atendido por se tratar de direito legal.

9. Contudo, em ressonante decisão do colendo STF, no (RE 839.314/MA), de relatoria do Min. Luiz Fux; e (RE 839.347/MA, de relatoria da Min. Rosa Weber, por orientação jurisprudencial exarada no (RE 631.240/MG), de Relatoria do Min. Roberto Barroso, julgado sob a sistemática da Repercussão Geral.



10. A Corte suprema firmou entendimento da exigência da comprovação do prévio requerimento administrativo à uma das seguradoras como condição da nas ações de cobrança de seguro DPVAT ajuizadas após 03.09.2014.

11. Nesse sentido, o referido entendimento fora sufragado no Egrégio TJ/RN, em decisão proferida pelo Des. Amaury Moura Sobrinho, nos autos do AI 2015.010884-5, julgado em 14/08/2015.

12. Portanto, segue cópia do prévio requerimento (doc. 04) anexo, caracterizando-se o (interesse de agir) do Autor.

## V – DOS FATOS

13. A Autora foi vítima de acidente de trânsito em 18/11/2017, em RN 003 saindo do município de Jundiá/RN em sentido Espírito Santo/RN, por volta das 17:00hs, conforme demonstra o Boletim de Ocorrência do órgão policial (doc. 02) digitalizado e anexo daquele município.

14. Excele anotar que, a Autora teve uma **fratura na clavícula direita, mais trauma cranioencefalico**, decorrendo assim em uma incapacidade parcial incompleta de caráter permanente, consoante aponta os Documentos Médicos Hospitalares digitalizados (doc. 03).

15. Registre que a Autora teve seu pedido de indenização do Seguro DPVAT reconhecido administrativamente, sendo sua incapacidade permanente de natureza parcial e incompleta, recebendo, apenas, o montante de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), de acordo com o documento da Seguradora Líder (doc. 04).

16. Urge que, o recebimento de parte da indenização não implica em renúncia do valor remanescente, vez que o Autor faz *jus* a um percentual bem maior do que fora pago pela Seguradora.

17. Ademais, o Seguro Obrigatório DPVAT é regulamentado por Lei específica, o que o torna contrário aos demais contrato dessa natureza, razão pela qual, os valores das indenizações tarifados são insuscetíveis de transação, já que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em tabela constante na própria Lei.

18. Outrossim, a rigidez da norma legal, em quantificar os



valores das indenizações, tem como objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso, a segurada vítima de acidente de trânsito.

19. Assim, o valor recebido é inferior ao que o Autor tem direito, já que conforme as providências trazidas pela Lei 11.945/09, a perda anatômica ou funcional, deverá ser enquadrada em uma das condições seguintes: para as perdas de repercussão intensa 75%, para as de repercussão média 50%, para as de leve repercussão 25%, adotando-se ainda o percentual de 10% nos casos de sequelas residuais.

20. Desta forma, em consonância com a legislação vigente que trata da matéria e, com base em toda documentação acostada na exordial, vemos que a Autora faz *jus* a uma complementação da indenização, devendo, portando, ser enquadrado a sua condição física em uma das condições acima descrita.

## VI - DO DIREITO

21. O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte, invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

22. Essa Lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o Seguro Obrigatório DPVAT. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes de trânsito o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

23. A indenização será paga em decorrência do acidente de trânsito que ocasionou a lesão no patrimônio físico da vítima, e é quantificada com o estabelecido no art. 3º, inciso II, da referida Lei, *in verbis*:

***"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada".***

***I - (...)***



**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

**III - (...) (destacamos tudo).**

24.

E, continua o § 1º, incisos I e II, do citado artigo:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).**

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).**

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75 % (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (destacamos tudo).**

25.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro, órgão, sentido ou função e, é permanente, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

26.

Não obstante, essa invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do membro, órgão, sentido ou função é afetada integralmente ou em apenas parte, ou seja, invalidez total ou parcial, sendo





ainda está última subdividida em completa ou incompleta.

27. Assim, a repercussão física ocasionada no corpo da vítima oriunda de acidente de trânsito, vale dizer, a sequela, mesmo que seja reversível, será indenizada pelas Seguradoras Conveniadas.

28. Para tanto, basta resultar de um acidente causado por veículo automotor para que o Seguro Obrigatório DPVAT indenize as vítimas, pois o Seguro tem natureza obrigatória, social e alimentar, cujo segurado é indeterminado, não sendo necessário que seja o condutor do veículo, e sim qualquer pessoa que em terras nacionais tenha sido vítima de acidente de trânsito.

29. Oportuno asseverar ainda que, quanto a documentação exigida pela legislação supramencionada, basta o laudo médico e/ou, documentos hospitalares do primeiro atendimento médico e o Boletim de Ocorrência do órgão policial competente, consoante o disposto no art. 5º, da Lei 6.194/74, vejamos:

***"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Destacamos).***

30. Ressalte ainda que, a indenização será paga independentemente da existência de culpa, mesmo que não haja pagamento do resseguro, ficando abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

31. Contudo, a indenização que faz jus o Autor deve ser apurada por perícia técnica levando-se em considerando a natureza ou extensão das lesões, bem como o grau da incapacidade de acordo com a Súmula 474 do STJ que aduz: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"*.

32. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

**"TJ-RS - Apelação Cível AC 70058958216 RS (TJ-RS)"**



**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. Afigura-se indispensável a perícia técnica para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório. Súmula 474 do e. STJ. Sentença desconstituída. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70058958216, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 22/04/2014) ". Data de publicação: 28/04/2014. (grifamos).

**"TJ-RS - Apelação Cível AC 70059835223 RS (TJ-RS)**

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. 1. Conhecimento das razões recursais. Atendidos os requisitos estabelecidos no artigo 514 do CPC. Preliminar contrarrecursal afastada. 2. Afigura-se indispensável a perícia técnica para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório. Súmula 474 do e. STJ. Sentença desconstituída. AFASTADA A PRELIMINAR CONTRARRECURSAL E RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70059835223, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 01/06/2014". Data de publicação: 05/06/2014. (destacamos).

33. Tendo em vista todo o exposto, bem como toda documentação médica e o boletim de ocorrência colacionados a exordial, bem como os demais exames que, se assim fizerem necessários ao caso, entende-se que o valor arbitrado pela Seguradora não corresponde as sequelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

34. Nesse sentido, resta somente apuração técnica da graduação da invalidez, o que se requer desde agora, para tanto segue quesitos para perícia médica em anexo (doc. 05).

35. Salientando-se, contudo, que, mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, vez que o pedido estar condicionado a graduação do laudo médico.

36. Contudo, a parte autora é consumidora hipossuficiente e que alegações aqui formuladas tem aparência de verdade, o que satisfaz os



pressupostos do artigo 6º, VIII, do CDC, requer a inversão do ônus da prova em favor do Autor.

## **VII - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da Porto Seguro CIA. de Seguros Gerais, no endereço acima citado, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados.
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da complementação da indenização, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do evento danoso e juros de 1% ao mês a contar da citação, consoante a Súmula 426 do STJ.
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.
- d) Apuração técnica da graduação da invalidez, destarte a Súmula 474 do STJ, para tanto, segue quesitos para perícia médica anexo e, requer a inversão do ônus da prova em favor do Autor.
- e) Os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da lei 1.060/50, a as alterações trazidas pelas leis 7.115/1983 e 13.105/2015.
- f) Que seja julgado procedente o pedido do Autor, condenando a Ré, a pagar uma complementação da indenização no percentual apurado pelo laudo médico.
- g) **Consoante o disposto no art. 319, VII e o artigo 334 e seus parágrafos, o autor não se submeter à audiência de conciliação ou mediação por tratar-se de matéria cuja prova é exclusivamente pericial, salvo perito no local para este fim.**
- h) Requer finalmente que, na confecção do ALVARÁ, seja descontado das verbas indenizatórias do Autor o valor de 30% (trinta por cento), conforme o contrato (doc. 09) anexo e, somando ao valor das verbas sucumbenciais.

Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, a prova testemunhal, prova documental e, em especial a perícia médica.



Atribuindo-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para efeito de alçada.

Nestes termos, Pede deferimento.

Parnamirim/RN, 14 de agosto de 2019

João Roberto Ferreira das Neves  
OAB/RN 11239

(documento assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006)

**ROL DE DOCUMENTOS:**

- 1) Procuração;
- 2) Boletim Policial;
- 3) Documentos Médicos;
- 4) Valor recebido;
- 5) Quesitos;
- 6) Documentos Pessoais;
- 7) Declaração de Pobreza;
- 8) Contrato de honorários.



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

**OUTORGANTE:** LÚZIA DE ARAUJO FERREIRA, brasileira, menor, assistida neste ato por seu genitora **MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2.133.535 expedida pela SSP/RN, inscrita no CPF sob 061.033.724-61, residente e domiciliada à rua coqueiro 120, Esperança, Monte Alegre/RN, CEP: 59182-000.

**OUTORGADO:** JOÃO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.239, com escritório profissional à Rua Dr. Sadi Mendes Lucena, nº 1022-A, Monte Castelo - Parnamirim/ RN, CEP 59.146.110, E-mail: jrfneves@outlook.com.

**PODERES:** amplos e ilimitados para o foro em geral, junto ou separadamente, em qualquer juízo ou grau de jurisdição, podendo propor e variar de ações civis e criminais, em quaisquer medidas preliminares ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, defende-lhe nas que lhe forem propostas, usar de todos os recursos em Direito admitidos, receber citações e notificações, louvar-se em peritos ou impugná-los, cobrar honorários, inclusive do(s) outorgante(s), referente à presente ação, fazer impugnação, adjudicações, arrematações, transigir, desistir, receber e dar quitações, reconhecer ou não o procedimento do pedido, renunciar ao direito sobre ação, firmar compromissos e substabelecer, podendo ainda usar dos poderes da cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA” para requerer e receber junto aos **Hospitais o Boletim do Primeiro Atendimento e Prontuário Cirúrgicos**, o que tudo dará por firme e valioso e, em especial para presente ação de cobrança do Seguro DPVAT.

Parnamirim/RN, 24 de julho de 2019.

Maria Lucia Barbosa de Araujo

ASSISTENTE

  
ASSISTIDO







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**POLÍCIA CIVIL**  
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR-DPCIN  
6ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE GOIANINHA

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº1092 /2017**

Natureza da Ocorrência: **ACIDENTE DE TRANSITO**

Local da ocorrência : RN 003 SAINDO DO MUNICIPIO DE JUNDIA/RN SENTIDO ESPIRITO SANTO /RN  
Data e Hora: 18/11/2017 AS 17:00 HORAS

**COMUNICANTE : MARIA DA PENHA SOARES DA ROCHA**  
FILIAÇÃO : FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA E DE CICERA SOARES BARBOSA  
DATA DE NASCIMENTO : 26/10/1988  
NATURAL: MONTE ALEGRE /RN  
DOCUMENTO: RG: 2883539 SSP/RN CPF : 100212964-80  
TELEFONE: 084- 91868461

ENDEREÇO: FAZENDA BOA VISTA , SAPUCAIA , GOIANINHA/RN  
REFERENCIA : PROXIMO AO COMERCIO NOSSA SENHORA APARECIDA

**VITIMA : LUZIA DE ARAUJO FERREIRA**

FILIAÇÃO: JOSE GOMES FERREIRA E DE MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO  
DATA DE NASCIMENTO: 15/12/2002  
NATURAL: MONTE ALEGRE /RN  
DOCUMENTO: CPF : 130152174-45 RG :003525858 SSP/RN  
TELEFONE: 084- 91868461  
ENDEREÇO: RESIDENCIAL ESPERANÇA , RUA COQUEIRO , MONTE ALEGRE /RN  
REFERENCIA: PROXIMO AO POSTO DE COMBUSTIVEL



**ACUSADO : AKILES SILVA SIMIAO**

FILIAÇÃO : JOSE SIMIAO DE OLIVEIRA E DE SILENE BATISTA DA SILVA OLIVEIRA  
DATA DE NASCIMENTO: 18/06/1995  
NATURAL: SAO JOSE DE MIPIBU/RN  
DOCUMENTO: RG : 003472635 SSP/RN CPF : 116315694-90 CNPJ :  
TELEFONE: 084- 91540015

ENDEREÇO: RUA JOAO FERREIRA DE LIMA, 10 , SAPUCAIA , GOIANINHA/RN  
REFERENCIA: PROXIMO AO MERCDO NOSSA SENHORA APARECIDA

**HISTÓRICO**

A COMUNICANTE MARIA DA PENHA SOARES DA ROCHA COMPARECEU A ESTA DELEGACIA PARA INFORMAR QUE NO DIA 18/11/2017 AS 17:00 HORAS A SUA IRMA LUZIA DE ARAUJO FERREIRA ESTAVA COMO PASSAGEIRO OU CARONA NA MOTO HONDA/NXR 150 BROZ ES ANO 2009 DE PLACA NPS 0655 E COD RENAVAM 00142780375 , SENDO A MOTO PILOTADA POR SEU PROPRIETARIO AKILES SILVA SIMIAO QUE ESTAVA PILOTANDO A MESMA NA RN 003 ,SAINDO DO MUNICIPIO DE JUNDIA/RN EM DIREÇÃO AO MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO/RN E AO ENTRAR NO MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO/RN AO FAZER UMA CURVA ACENTUADA NA RN 003O PILOTO AKILES SILVA SIMIAO PERDEU O CONTROLE DA MOTO , CAINDO AO SOLO CONSCIENTE COM FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA , ENQUANTO A CARONA E VITIMA LUZIA DE ARAUJO FERREIRA CAIU AO SOLO INCONSCIENTE E FOI SOCORRIDA POR UM VEICULO NAO IDENTIFICADO E CONDUZIDA AO HOSPITAL MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN E DEVIDO AS GRAVIDADES DA LESOES FOI DE IMEDIATO TRANSFERIDA AO HOSPITAL WOLFREDO GURGEL QUE DIAGNOSTICOU NA MESMA AO EXAME CLINICO E AO RAIOS X UM QUADRO CLINICO DE TCE GRAVE ( TRAUMATISMO CRANIO ENCEFALICO ) , INSUFICIENCIA RESPIRATORIA AGUDA E FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA COM TRATAMENTO CONSERVADOR PARA FRATURA DE CLAVICULA ,ONDE A VITIMA LUZIA DE ARAUJO FERREIRA PERMANESSE INTERNADA ATE A PRESENTE DATA DO DIA 13/12/2017. , SABENDO QUE O PILOTO DA MOTO AKILES SILVA SIMIAO NAO POSSUI CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO , NADA MAIS DISSE .

PROVIDENCIAS ADOTADAS: ENCAMINHAMENTO AO SETOR DE INVESTIGAÇÃO  
TESTEMUNHAS : ALEXANDRE HENRIQUE BASILIO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE GOIANINHA-RN

GOIANINHA/RN, 13/12/2017

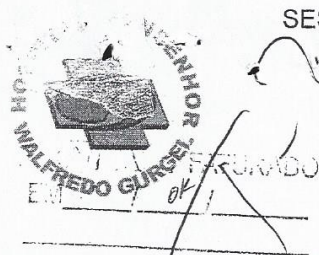
*Maria da Penha Soares da Rocha*  
COMUNICANTE/VITIMA

*Arilson Freitas Rego*  
APC : ARILSON FREITAS REGO , MAT.:165182-0

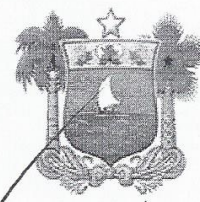
Rua João Tibúrcio, 155, Estação, Goianinha – RN. CEP 59.173-000.  
Fone-fax: 3243-2225. E-mail: dmgoianinha@rn.gov.br







SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº **60973 /2017**

Admissão: **17/12/2017 12:11:42**

**CIRURGIA GERAL - SEM CLASSIFICAÇÃO**

**Paciente: 53422 - LUZIA DE ARAUJO FERREIRA (15 a 2 d)**

Nascimento: 15/12/2002 Natural: MONTE ALEGRE, BRASIL

CNS:

CPF:

Prof:

Sexo: F Cor: PARDA

Mãe: MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO

Pai:

Logradouro: FERREIRA CHAVES, 1

CEP: 59182000

Bairro: MONTE ALEGRE

Cidade: MONTE ALEGRE

Telefone: 84.988524814

Compl:

**Motivo: CONSULTA DE URG/EMERGENCIA**

**Tipo: REFERENCIADO**

**Origem: AMBUL. INTERIOR**

\*Empresa:

Fluxograma:					Discriminador:				
OBS:					Classificação: 17/12/2017 11:54:09				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

**HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA**

Queixas: PACIENTE SEQUELADA DE ACIDENTE DE MOTO, RETIROU SONDA NASOENTERAL

Hora: \_\_\_\_\_

Paciente vítima de acidente automobilístico há 1 mês, evoluindo com sequelas físicas e dependência de SNE para nutricao.

**EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)**

A
B
C
D
E

CONFERE COM ORIGINAL  
NATAL, 15/02/18  
MAT. Nº. \_\_\_\_\_  
SME

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

ARJANA SEBASTIÃO  
06 SET 2013

**RAIOS-X**  
Realizado em: 17/12/17 Hora: 13:25  
Técnico: \_\_\_\_\_

\*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Difusão Disfagia

Núcleo Hospitalar de Epidemiologia

\*Gerado via SX por FRANCISCA LUCIA MACIEL. Impresso em 17 de Dezembro de 2017.





070.001.010.010

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

ANAMNESE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
SECRETARIA DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

EXAME FÍSICO

*Releto*

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (EXAMES DE IMAGEM)

*Exames complementares: exames de imagem: 2003. Volume de acidente de motocicleta com TCC*

CONDUTA PRIMÁRIA (MEDICAÇÃO E PROCEDIMENTOS)

*Exames complementares: exames de imagem: 2003. Volume de acidente de motocicleta com TCC grau. Com sinais de hemiparesia esquerda, face esquerda e membros superiores por Sonda passado sob video. Por Sonda esquerda no tronco, no maxilar. Por isso, solicitamos encaminhamento ao Hosp. de Walfrido para a colocação da Sonda.*

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

DESTINO DO PACIENTE

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA

DATA:

HORA:

SAÍDA:

DATA:

HORA:

Decisão Médica ☐

A revelia ☐

Transferido para:

OBITO:

DATA:

CREMERN: 9301

HORA:

Entregue a família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar para: (Carimbo) e entregar ao paciente ap

DESTINO DO PACIENTE

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA

DATA:

HORA:

SAÍDA:

DATA:

HORA:

Decisão Médica ☐

A revelia ☐

Transferido para:

OBITO:

DATA:

HORA:

Entregue a família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

L.T.E.P. ☐

DESTACAR

ARUANA SEQUEIRA

06 SET 2013

CONFERE COM ORIGINAL  
MAT. Nº. 15/02/11  
SAME

ASSINADO  
Carimbo do SCS  
SCT-001-0204





Paciente: Luzia Anselmo Ferreira, 45 anos



### ENCAMINHAMENTO

#### Solicitado

Aquisição de 01 (UMA) cadeira de rodas  
para locomoção.

Patologia: T.C.E (Acidente de moto).

Características: Controle cervical parcial;  
+ Não possui controle de  
tronco;  
- Flexão abdominal;

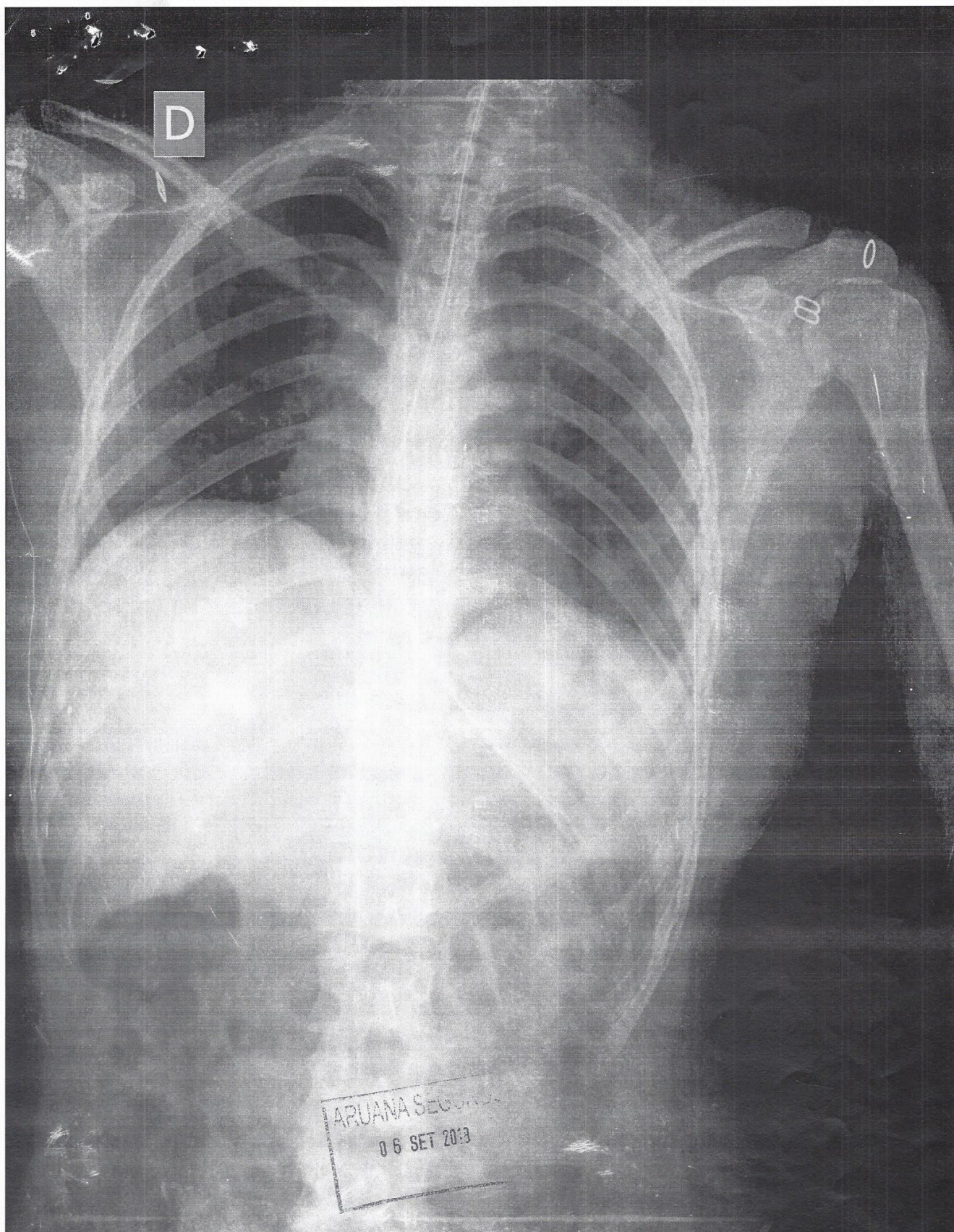
~~Hemiparética~~ E

Monte Alegre, 27 de Fevereiro de 2018.

Daniel Ranielle B. da Câmara  
Fisioterapeuta  
CREFITO: 95308-F







Id. Paciente: 60973/2017      Data Exame: 17/12/2017 13:21:44

Paciente: luzia de araujo ferreira  
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

Técnico: ivanildo  
Idade: 15 ano(s)

ABDOMEN AP  
54,2 %





HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL  
UTI PEDIÁTRICA  
RESUMO DE ALTA TRANSFERÊNCIA DA UTI PEDIÁTRICA

DIA: 07/12/17

17º DIH

ADMISSÃO NA UTI : 21/11/2017

NOME: LUZIA DE ARAÚJO FERREIRA IDADE: 14 A PESO = 23 KG

HD: \* TCE GRAVE( HEMOVENTRICULO À DIREITA + LAD = HEMORRAGIA DE CORPO CALOSO + HSA PARIETAL BILATERAL + DISCRETA HSD S/ EFEITO DE MASSA)

\* INSUF. RESP. AGUDA ( TCE + BRONCOASPIRAÇÃO?)

\* VAGINITE

\* FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA ( TTT CONSERVADOR)

\* PAV (29/11)

EXAME FÍSICO DA ADMISSÃO: VÍTIMA DE ACIDENTE (MOTO CAIU EM UMA RIBANCEIRA) EM 18/11/2017. CHEGOU EM GLASGOW=7 , COM SUSPEITA DE BRONCOASPIRAÇÃO FICOU INTUBADA E SOB VPM DESDE A ADMISSÃO NO POLITRAUMA. ESTAVA SEM ANTIBIOTICO ATE ENTÃO . TEVE PIORA CLÍNICA COM QUEDA DE SATO2 E BRONCOESPASMO, SENDO TROCADO TOT , HAVIA ROLHA DE SECREÇÃO. FEZ BRONCODILATADOR E HIDROCORTISONA COM MELHORA.

CHEGA A UTI GRAVE, SEDADA, PUPILAS MIÓTICAS , FTM PRESENTE.

AP = MV DIMINUIDO A DOREITA. SATO2= 98%

ACV= RCR EM 2T, BNF. FC= 116 , PA = 123X50

ABDOME = FLÁCIDO

FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA

EVOLUÇÃO : FOI EXTUBADA EM 28/11 , TEVE PAV, FICOU NA NÃO INVASIVA , COM MELHORA PROGRESSIVA DO PADRÃO RESPIRATÓRIO. TEM CULTURA DE SECREÇÃO TRAQUEAL DO DIA 02/11 COM PSEUDOMONAS SENSÍVEL APENAS A POLIMIXINA ( ESTA NO 4º DIA DE POLIMIXINA ). HOJE EM O2 AMBIENTE , COM DIETA ENTERAL., ABERTURA OCULAR ESPONTÂNEA, PUPILAS ISOFOTORREATIVAS.

EVOLUIU COM PICOS HIPERTENSIVOS E FOI INICIADO PROPRANOLOL COM MELHORA

AP : MV ALGO DIMINUIDO A ESQUERDA.

ACV= RCR, EM 2T, BNF, SEM SOPRO.

ABDOME: FLÁCIDO

DÉFICITE MOTOR A ESQUERDA EM MS.

CONDUTA :

- \* ALTA PARA ENFERMARIA
- SUSPENSO FUROSEMIDA
- MANTIDO PROPRANOLOL
- COLETADO HOJE HMC DO CATETER E CULTURA DE PONTA DE CATETER( ESTAVA HIPEREMIADO)
- ALTA DA NEUROCIRURGIA DESDE 05/12
- COMUNICAR AO DR GUZZO ( ORTOPEDISTA ) PARA REAVALIAR A CLAVICULA

Dra. M. da Apresentação F. F. M. M. M.  
Pediatra  
CRM/RN 2966

mmf 286

ARUANA SEGUROS  
06 SET 2018





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
SECRETARIA DE SAÚDE  
RECEITUÁRIO

Paciente Luzia de Araújo Ferreira  
15 anos, vítima de trauma de  
acidente automobilístico (moto) no  
dia 18/11/2017. Foi admitida no  
pccituma e internada em UTI  
Pediatrica do Hospital Municipal  
Walfrado Guirá. Paciente com  
quadro de TCE grave + Insuficiên-  
cia Respiratória Aguda + Fratura  
de costela esquerda. Chegou  
em Glasgow 7, doi IOT e sob  
VPM.  
Evolução: Foi extubada em 28/11/17.  
Agora hospitalar 15/12/17.  
No momento, paciente evolui bem  
clínica e hemodinamicamente.  
Faz acompanhamento multidiscipli-  
nar (Fisioterapia, Psicologia,  
Fonoaudiologia, ortopedias). Faz  
uso de: clonazepam 10mg, Feni-  
tina 100mg, Baclofen 10mg.  
Ao exame: BEG, orientada, eupneica,  
mucosas coradas, acromotica.

ARJANA SEGURO  
17 AGO 2018



Paciente com Geasgaur 15, ru-  
bras fotoresistentes.

Membros: Diminuição de força  
em MMSS e MMII.

AP: MV + simetria, sem RA.

SatO<sub>2</sub>: 98% em ar ambiente.

em tempo, paciente em dieta  
via oral (lequido-pastosa).

  
Dra. Eloísa Gomes  
MÉDICA  
CRM/RN 9554

10/08/18.



## SINISTRO 3180082359 - Resultado de consulta por beneficiário

---

**VÍTIMA** LUZIA DE ARAUJO FERREIRA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE**

**INDENIZAÇÃO** ARUANA SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO** LUZIA DE ARAUJO FERREIRA

**CPF/CNPJ:** 13015217445

**Posição em 19-02-2019 10:34:43**

O pedido do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
01/08/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



## **Quesitos**

- 1- Quais as lesões sofridas pelo autor?
- 2- As lesões decorreram de acidente de veículo?
- 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
- 4- Totalmente ou em parte?
- 5 - Em que percentual?
- 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho?
- 7- A incapacidade é temporária ou permanente?
- 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral?
- 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?
- 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	003.525.858	DATA DE EXPEDIÇÃO	15/12/2014
NOME	LUZIA DE ARAUJO FERREIRA		
PILIAÇÃO	JOSE GOMES FERREIRA MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO		
NATURALIDADE	MONTE ALEGRE RN	DATA DE NASCIMENTO	15/12/2002
DOC.	CERT. DE NASCIMENTO L-A41 F-42 RG-020225 MONTE ALEGRE RN-CARTORIO UNICO CARTORIO		
CPF	130.152.174-45	ASSINATURA DO TITULAR	1a. VIA

ASSINATURA DO TITULAR: [Assinatura]

LEI Nº 7.116 DE 20.03.69

PROTOCOLADO  
RECEBIDO  
21 FEV. 2018  
LARA LINA SEGUROS S/A









Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02  
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA  
Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20056199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE  
MÁRIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA COQUEIRO 120

CPF 061 033 724-61 NIS 16080416051

ESPERANÇAVÁRELA URBANA  
MONTE ALEGRE RN  
59182-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

CONTA CONTRATO 7005937412 MÊS/ANO 05/2017

DATA DE VENCIMENTO 29/05/2017 DATA PRÓXIMA LEITURA 21/06/2017

Nº DA NOTA FISCAL 000982317 SÉRIE ÚNICA EMISSÃO 22/05/2017

APRESENTAÇÃO 22/05/2017 Nº DO CLIENTE 3010521268 Nº DA INSTALAÇÃO 2340944

TOTAL A PAGAR (R\$) 24,58

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,17900393	5,37
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	39,0000000	0,30688388	11,86
Acrescimo Bandeira VERMELHA			1,33
Contribuição Iluminação Pública			2,11
ICMS-Parcela Subvencionada			3,80
Multa por atraso-NF 000985102 - 20/04/17			0,20
Juros por atraso-NF 000985102 - 20/04/17			0,01

TOTAL DA FATURA

24,58

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
213003071	CAT	20/04/2017	2.635,00	22/05/2017	2.704,00	32	1,0000		69,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh
MAI 17 89
ABR 17 98
MAR 17 60
FEV 17 62
JAN 17 63
DEZ 16 79
NOV 16 61
OUT 16 52
SET 16 56
AGO 16 57
JUL 16 55
JUN 16 53
MAI 16 53

INFORMAÇÕES DE TRIBUTAÇÃO

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS 18,66	10,00	1,87
PIS 18,66	1,17	0,22
COFINS 18,66	5,40	1,01

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	6,46	34,51%
Transmissão	0,84	4,50%
Distribuição (Cosern)	4,39	23,57%
Perdas de Energia	1,08	5,78%
Encargos Setoriais	1,33	7,13%
Tributos	4,56	24,44%
Total	18,56	100%

TOTAL A PAGAR

Consumo Ativo até 30 kWh 0,17900393  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,30688388  
0,13502267  
0,23145743

NOTA FISCAL AO FISCAL

3CBU4FC6 094D 7146 F1/9 3730 6EAE C925

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a Bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.cosern.com.br. O cliente é responsável quando a leitura é feita em domicílio individualizado no nível de tarifa de torçamento. Pagamento em atraso gera Multa 2% (Pis 414 ANEL 08/2010) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-26/04/02), no primeiro mês. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438 de 26/04/02 - R\$ 20,33. O cliente é responsável quando não há o pagamento do preço devido por a ausência de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração é emitida para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, em relação aos débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração não se aplica a débitos de parcelamento e débitos de débitos nem faz parte do processo judicial que pode ser ajuizado.

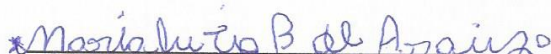




### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO**, brasileira, casada, Cobertura: Invalidez, inscrito no CPF sob o nº 061.033.724-61, inscrito no RG sob o nº 2.133.535, residente e domiciliado na Rua Coqueiro, Nº 120, Esperança, Monte Alegre/RN, CEP: 59.182-000. Declaro para os devidos fins que possuo hipossuficiência financeira, não tendo condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o meu próprio sustento e o da minha família, consoante o que dispõe a Lei 1.050/1960, e por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Parnamirim/RN, 24 de Julho de 2019.



MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO

### LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e das outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interesse ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS DPVAT

**OUTORGANTE:** MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO, brasileira, casada, Cobertura: Invalidez, inscrito no CPF sob o nº 061.033.724-61, inscrito no RG sob o nº 2.133.535, residente e domiciliado na Rua Coqueiro, Nº 120, Esperança, Monte Alegre/RN, CEP: 59.182-000.

**II - CONTRATADOS:** JOÃO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES, brasileiro, advogado, inscrito na OAB (RN) sob o nº. 11239 com cadastro no CPF sob o nº 413.039.704-49, com endereço profissional sito à Rua Dr. Sadi Mendes de Lucena, 1022-A, Monte Castelo, Parnamirim/RN, aqui denominado CONTRATADO.

### III - OBJETO DO CONTRATO:

**Cláusula 1ª.** O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios, para propositura da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório (DPVAT), na seara ADMINISTRATIVA e, JUDICIAL; se for o caso, junto as Seguradoras reponsáveis pelo pagamento de seguro.

### IV - DAS ATIVIDADES e OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS:

**Cláusula 1ª.** As atividades incluídas na prestação de serviços objeto deste instrumento são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam: praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados e Municípios, bem como Órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares e, praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os específicos no Instrumento Procuratório, parte deste;

**Cláusula 2ª** As obrigações do(a) CONTRATADO no cumprimento do presente contrato, de posse das procurações que lhe forem outorgadas, prestará a atividade jurídica que for necessária ao caso com zelo, prezando sempre para o bom cumprimento do mandato.

### V - DA DESISTÊNCIA e OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

**Cláusula 1ª.** Fica acordado que, em caso de desistência, o(a) CONTRATANTE, pagará um salário mínimo a título de despesas, consultoria e/ou assessoria jurídica, no ato da desistência;

**Cláusula 2ª.** Em caso de falta/ou ausência não justificada por parte do(a) CONTRATANTE aos atos judiciais ou administrativos, este fica ciente da multa do art. 334, § 8º do CPC, bem como, fica ciente que deverá comunicar mudanças de endereços e telefones durante o curso do processo;

**Cláusula 3ª.** Os serviços e/ou despesas realizados fora da comarca-sede do(a) CONTRATADO, que careça de deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado substabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estadia, transporte e honorários do substabelecido.

### VI - DOS HONORÁRIOS:

**Cláusula 1ª.** Ficam acordadas entre as partes que os honorários a título de prestação de serviços, em caso de procedência da causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de substabelecimento com ou sem reserva de poderes, serão pagos da seguinte forma: **20% (vinte por cento)**, sobre todos os valores recebido na seara administrativa e, **30% (trinta por cento) sobre todo valor defeito na judicial ou acordo realizado entre as partes, se for o caso;**

**Cláusula 2ª.** Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso;

**Cláusula 3ª.** Fica estipulado entre as partes que, se o(a) CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida, tudo, nos exatos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 e do Provimento 128/2015 do TJRN;

**Cláusula 4ª.** Caso haja morte ou incapacidade civil do(a) CONTRATADO, seus sucessores ou representantes legais receberam os honorários na proporção do trabalho realizado;

**Cláusula 5ª** Os honorários de sucumbência pertencem ao(s) CONTRATADOS, nos termos do art. 23 do EOAB, Lei 8.906/94, que será pago de imediato em juízo, ou fora dele, ao final da ação.

### VII - DA COBRANÇA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS:

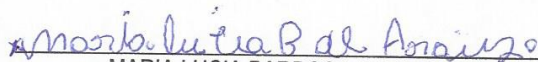
**Cláusula 1ª.** As partes acordam que em caso de não pagamento dos valores contratados e/ou sucumbenciais, facultará ao(s) CONTRATADO, promoverá competente **ação de execução** em seu próprio nome, tudo nos exatos termos da Lei.

### VIII - DO FORO:

**Cláusula 1ª.** Para a solução de questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Cidade de Parnamirim/RN.

E por estarem justas e acertadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Parnamirim/RN, 24 de julho de 2019

  
MARIA LUCIA BARBOSA DE ARAUJO

  
JOÃO ROBERTO F. DAS NEVES

Testemunha

  
Mariama Cavalcanti Bezerra

Testemunha

  
Ana Carla da Silva

CPF: 704.452.384-30

CPF: 100.777.954-31

